

Uma Memória de Betão: Política da Representação e do Silêncio no Memorial de Agostinho Neto

Vasco Martins e Miguel Cardina¹

CES-UC

Resumo

Centrado no *Memorial António Agostinho Neto* (MAAN), em Angola, como caso de estudo para analisar as materializações da memória, o presente artigo procura interpretar as representações políticas deste monumento examinando as suas principais narrativas, interrogando os seus silêncios e determinando o seu impacto na memória pública. Divide-se, para o efeito, em três partes. A primeira aborda a literatura académica pertinente sobre a memorialização na África Austral e faz uma descrição sucinta do MAAN. Nas segunda e terceira partes, o conceito de memorialismo elitista, cunhado por Richard Werbner, serve de base a uma análise bidimensional que assinala a ausência da narrativa e dos símbolos do MPLA no MAAN, constatando simultaneamente que este se tornou inacessível para a generalidade da população angolana, devido à dinâmica mais vasta das relações entre o Estado e a sociedade no país. A análise conclui que a lógica de hierarquização social que promoveu a marginalização de segmentos da população impediu que o MAAN contribuísse para as novas formas como os angolanos imaginam o seu país.

¹ A investigação conducente aos resultados aqui apresentados recebeu apoio financeiro do Conselho Europeu de Investigação (ERC) no âmbito do programa Horizonte 2020, o programa de investigação e inovação da União Europeia (convenção de subvenção n.º 715593: “CROME – Memórias cruzadas, políticas do silêncio: as guerras coloniais e de libertação em tempos pós-coloniais”). Os autores gostariam de agradecer à administração do MAAN e, em especial, a Rigoberto Fialho, Chefe de Departamento do Sarcófago, pelo apoio e a amável disponibilidade demonstrada ao longo da investigação para este artigo, bem como a dois revisores anónimos pelas observações formuladas sobre o manuscrito inicial.

Introdução

“Glória eterna aos nossos heróis!” foi uma das últimas frases proferidas por Agostinho Neto no discurso em que declarou a independência de Angola. Mas que heróis deveriam gozar dessa glória eterna? Estariam todos angolanos incluídos, apenas os heróis do MPLA² ou somente os da facção de Agostinho Neto³ dentro do MPLA? A história da luta de libertação angolana já tinha mostrado que quaisquer celebrações ocasionariam problemas políticos. A luta de libertação de Angola dividiu-se entre três movimentos de libertação⁴, cada um deles decidido a impor a sua própria visão da nação, as suas narrativas específicas e os elementos constitutivos da sua identidade histórica. Porém, não foram apenas as divisões entre os movimentos de libertação que se revelaram problemáticas para a memória: o MPLA, no poder, passou também por graves problemas de dissidência e contestação da liderança, tendo estado frequentemente envolvido em divisões e conflitos internos. Os efeitos que estas especificidades do nacionalismo anticolonial angolano viriam a produzir nos processos de memorialização no período pós-independência, para além dos 27 anos de uma guerra civil que só terminou em 2002, atingiram a própria essência do projeto nacional em Angola.

Os debates públicos sobre a luta de libertação em Angola giram em torno de questões como os feriados e datas comemorativas nacionais. Abordam, de forma mais visível, os monumentos e os heróis, falando sobre a representação dos que são celebrados e o silêncio dos que foram marginalizados. O presente artigo procura encetar um debate que ainda foi não iniciado no mundo académico, através do exame de um monumento angolano dedicado à memória do primeiro presidente de Angola, António Agostinho Neto, o Memorial António Agostinho Neto (MAAN). Explorando a hipótese de que o MAAN funcione como um solo sagrado para o nascimento da nação angolana, o lugar onde todos os angolanos veem honrar a sua identidade e nacionalidade, o artigo tenta identificar e revelar as questões de representação e silêncio político presentes no monumento. Situa o MAAN na dinâmica de memorialização e monumentalização existente na região da África Austral adotando o conceito de memorialismo elitista cunhado por Richard Werbner como bússola conceptual. É através desta abordagem conceptual que se podem

² Movimento Popular de Libertação de Angola.

³ António Agostinho Neto foi um histórico nacionalista angolano que se tornou presidente do MPLA, em 1962, e primeiro Presidente da República Popular de Angola, em 1975. Foi Neto que declarou a independência do país em relação a Portugal, no dia 11 de Novembro de 1975.

⁴ A guerra de libertação angolana foi travada contra o Estado colonial português, entre 1961 e 1975, pela UPA/FNLA (União das Populações de Angola/Frente Nacional de Libertação de Angola), o MPLA e a UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola).

ler no MAAN os conflitos políticos do partido no poder, as divisões nacionalistas e as relações entre o Estado e a sociedade no período pós-colonial.

O artigo divide-se em três partes. A primeira caracteriza sucintamente o MAAN e analisa o conceito de “memorialismo elitista” de Werbner na literatura da África Austral, inserindo a dinâmica histórica de Angola neste debate. Consta, através da história do MPLA e de Angola, que a narrativa feita no MAAN apresenta não uma, mas duas dimensões de memorialismo elitista: uma controvérsia histórica de dissidência e conflito no seio da elite do MPLA e uma divisão mais vasta entre as elites e o povo (os cidadãos comuns). A segunda e terceira partes procuram demonstrar e explicitar estas duas dimensões. A segunda parte examina aquilo que os autores consideram ser a secundarização, no MAAN, do MPLA, dos seus principais líderes e figuras históricas, dos seus símbolos e narrativas. Mostra como o MAAN projecta Agostinho Neto como uma figura solitária, apoiada por representações ambíguas do povo, mas privada dos seus aliados políticos mais próximos, uma representação que esvazia a progressão política de Neto e a sua dedicação ao partido que liderou e ajudou a construir. Em seguida, procede-se a uma análise de dois aspectos que influenciaram a narrativa do MAAN sobre o MPLA: os constantes problemas de dissidência interna e a evolução da economia política do regime após a morte de Neto. A terceira parte alarga o âmbito do debate, examinando o impacto que o MAAN produz na memória pública angolana. Analisa e critica o impacto do monumento na memória social mostrando que ele não está imune à lógica de hierarquização e marginalização social que contaminou os espaços públicos e privados em Angola, desistindo, assim, de contribuir para as novas formas como os angolanos estão a imaginar o seu país, algo que o MAAN pretendia claramente fazer.

A investigação em que o presente artigo se baseia implicou três viagens de campo a Angola, em outubro de 2018, março e agosto de 2019. Os autores efetuaram quatro visitas guiadas de carácter etnográfico ao monumento e mantiveram várias conversas não gravadas com os guias turísticos e outros funcionários acerca das representações e dos silêncios existentes no MAAN. O trabalho de campo produziu duas entrevistas gravadas semi-estruturadas, além de permitir recolher artigos de jornal e vários outros materiais informativos publicados pelo MAAN. Envolveu também algumas reuniões com a administração do MAAN e da FAAN (Fundação António Agostinho Neto). O artigo tirou igualmente partido de conversas informais com académicos angolanos, à margem de uma conferência realizada na Universidade Agostinho Neto e intitulada *Ecos da História: Memória, Comemoração e Silêncio*, organizada pelo projeto CROME (Memórias cruzadas, políticas do silêncio) em colaboração com a Faculdade de Ciências Sociais, em 28 de Agosto de 2019.

O MAAN e a lógica da monumentalização na África Austral

A monumentalização na região da África Austral, como Richard Werbner salienta, é prisioneira de um complexo memorial pós-colonial, uma forma de situar a memória e produzir monumentos concebida no Ocidente após a Primeira Guerra Mundial. Esta forma moderna de memorialismo, que os países africanos receberam dos Estados-nação ocidentais, quando reformulada para se ajustar aos contextos pós-coloniais, revelou um desempenho extraordinariamente fráglis. O modelo suscita controvérsias quanto ao “local, à concepção e ao financiamento”, bem como à “negociação dos direitos locais e nacionais” à memória⁶. Werbner sustenta que estas novas formas de memorialismo, na verdade, patrocinavam aquilo que designa por memorialismo elitista na África Austral pós-colonial⁷. O memorialismo elitista indica a existência de problemas de inclusão e representação, independentemente de estes serem influenciados pela classe ou pelo género ou de estarem relacionados com a política, a região ou a etnia, promovendo, com frequência, o papel dos heróis da luta, enquanto subordina as experiências e histórias locais e rurais às dimensões nacionais e urbanas.

Werbner identifica várias tensões entre a cidadania comum e a diferenciação elitista, entre o Estado e a comunidade fundada em relações de parentesco e entre o Governo e o partido no poder, ao explicar a dinâmica de representação reproduzida no *Heroes' Acres* (cemitério dos heróis nacionais) do Zimbabué, o monumento que serviu de modelo a esses tipos de monumentalização comemorativa na região da África Austral⁹. Marschall observa que, embora oscile entre o modelo de memorialização elitista zimbabueano e a sua rejeição em prol de definições mais vastas e processos de seleção mais inclusivos, o desejo do Estado sul-africano de promover a reconciliação e a construção nacional pode levar a “distorções e omissões graves”¹⁰. Isto é visível quando se suprime a memória da dissensão e da violência entre grupos para preservar um sentimento de unidade, ou quando surgem conflitos entre os diversos intervenientes em relação à propriedade dos acontecimentos mais importantes¹¹. Rassool é claro quando afirma que, embora os principais modos de leitura da nação sul-africana e a forma como estes se refletem nas construções patrimoniais e na cultura pública tenham começado a cristalizar, “quase todas as

⁵ R. Werbner, “Introduction, Beyond Oblivion: Confronting Memory Crisis” in R. Werbner (ed), *Memory and the Postcolony: African Anthropology and the Critique of Power* (Londres: Zed Books, 1998), 8.

⁶ D. J. Sherman, “Art, Commerce, and the Production of Memory in France after World War 1” in J. R. Gillis (ed), *Commemorations: The Politics of National Identity* (Nova Jérсия: Princeton University Press, 1994), 188.

⁷ Werbner, “Introduction”, 8.

⁸ Werbner, “Smoke from the Barrel of a Gun: Postwars of the Dead, Memory and Reinscription in Zimbabwe” in R. Werbner (ed), *Memory and the Postcolony: African Anthropology and the Critique of Power* (London: Zed Books, 1998), 71–100. Ver também N. Kriger, “From Patriotic Memories to ‘Patriotic History’ in Zimbabwe, 1990-2005”, *Third World Quarterly*, 27, 6, 2006, 1155–1158; T. Ranger, “Nationalist Historiography, Patriotic History and the History of the Nation: the Struggle over the Past in Zimbabwe”, *Journal of Southern African Studies*, 30, 2, Junho de 2004.

⁹ S. Marschall, “Commemorating ‘Struggle Heroes’: Constructing a Genealogy for the New South Africa”, *International Journal of Heritage Studies*, 12, 2 de Março de 2006, 179.

¹⁰ Marschall, “Commemorating”, 180.

¹¹ Marschall, “Commemorating”, 182.

esferas da produção patrimonial têm enfrentado complicações, controvérsias e contestação”¹². O património, afirma ainda, continua a ser um “domínio altamente controverso” na África do Sul¹³. Examinando o monumento *Heroes’ Acre* em Windhoek, muito semelhante ao monumento correspondente no Zimbabué, Becker também constata a existência de tensões, nomeadamente entre os heróis e heroínas mortos que lideraram a luta da Namíbia a partir do exílio e o papel desempenhado na luta de libertação pelo povo namibiano, que se queixa que o “Heroes’ Acre foi só para os Heróis da Swapo¹⁴”¹⁵. Melber refere esta tendência exclusivista, encontrando semelhanças com o Zimbabué, enquanto define a construção da nação namibiana em termos de marginalização do outro como inimigo¹⁶. Analisando o caso de Moçambique, Albino Jopela considera igualmente que a Frelimo¹⁷, o partido no poder, concentra os seus esforços de memorialização na guerra de libertação, sobretudo nos heróis da luta, observando que esta política específica de representação e memorialização foi contestada, quer através da invocação de figuras silenciadas, como Uria Simango, quer ativamente, por antigos combatentes ainda vivos¹⁸.

Muitos países da África Austral adaptaram o memorialismo elitista de várias formas, ainda que subtilmente diferenciadas, na sua monumentalização da luta de libertação. Embora Angola não possua um monumento abrangente genericamente dedicado à luta de libertação¹⁹, não foge à tendência da região para a memorialização das elites naquele que é, de longe, o seu maior monumento, o MAAN. Contudo, as narrativas históricas fornecidas pelo monumento contêm, não uma, mas duas dimensões de memorialismo elitista. Se no interior das suas salas a elite do MPLA está hierarquicamente organizada e só uma ala política das muitas que definem o partido é apresentada como exclusiva, visto do exterior o MAAN reproduz as relações mais vastas entre o Estado e a sociedade, entre a elite e as massas populares. Dois motivos históricos parecem ser fundamentais para esta dupla dimensão da memorialização elitista. Em primeiro lugar, enquanto sítio de memória que exprime a cosmologia do poder do MPLA, mas dá particular destaque ao primeiro presidente de Angola, Agostinho Neto, o MAAN reflecte uma ala específica das várias divisões políticas que caracterizam a história do MPLA. Este movimento de libertação, que se tornou um partido governamental após a independência, esteve frequentemente envolvido em

¹² C. Rassool, “The Rise of Heritage and the Construction of History in South Africa”, *Kronos: Journal of Cape History*, 26, 1, Janeiro de 2000, 1.

¹³ Rassool, “The Rise of Heritage”, 17.

¹⁴ *South West Africa People’s Organisation* (Organização do Povo do Sudoeste Africano).

¹⁵ H. Becker, “Commemorating Heroes in Windhoek and Eenhana: Memory, Culture and Nationalism in Namibia, 1990-2010”, *Africa: Journal of the International African Institute*, 81, 4 de Novembro de 2011, 529.

¹⁶ H. Melber, “Namibia, Land of the Brave: Selective Memories on War and Violence within Nation Building” in G. J. Abbink, M. de Brujin e K. V. Walraven (eds), *Rethinking Resistance: Revolt and Violence in African History* (Leiden: Brill, 2003), 326.

¹⁷ Frente de Libertação de Moçambique.

¹⁸ A. Jopela, “The Politics of Liberation Heritage in Postcolonial Southern Africa with Special Reference to Mozambique” (Tese de doutoramento, University of Witwatersrand, 2017), 259–298.

¹⁹ O Estado angolano construiu um monumento aos soldados que combateram em todas as guerras angolanas, incluindo, genericamente, as guerras pré-coloniais, anticoloniais e civis.

querelas internas e disputas da liderança. Facções dissidentes como a Revolta de Leste ou a Revolta Activa constituíram importantes desafios ao poder de Neto e as deserções não foram caso raro (destacando-se a de Daniel Chipenda para a FNLA, a sua inimiga figadal). Os conflitos recorrentes entre Neto, Viriato da Cruz e Mário Pinto de Andrade, o secretário-geral e o primeiro presidente do MPLA respetivamente, o homicídio de conhecidos quadros, como Matias Miguéis, e a purga maciça em resposta ao fraccionismo, de 27 de maio de 1977, são algumas das prolongadas divisões no MPLA. Estes acontecimentos históricos foram interpretados como desvios políticos e ideológicos que justificavam a “sacrossanta defesa da unidade dentro do MPLA”, ou seja, da autoridade da “ala presidencial” de Neto, para silenciar quaisquer planos de contestação e dissensão interna²⁰.

A edificação do regime pós-colonial do MPLA e, logo, a sua construção partidária da história angolana, teve de enfrentar uma divisão profunda e frequentemente sangrenta, muitas vezes com contornos políticos, regionais, étnicos, raciais e de classe. A questão de saber como ou quem comemorar causava divisões tão profundas que a resposta se tornou inequívoca: precisamente devido à duradoura centralização do poder na presidência, promovida por Agostinho Neto, só ele, o primeiro presidente de Angola, poderia ser celebrado. Uma segunda particularidade histórica prende-se com a existência de diferentes linhas de nacionalismo angolano. O movimento de libertação angolano teve não um, mas três movimentos de libertação concorrentes na luta pela independência do país do colonialismo português. Cada um deles tinha a sua própria visão do Estado pós-independência, bem como os seus alinhamentos ideológicos, aliados internacionais, práticas culturais e bases de apoio regionais²¹. Porém, a guerra civil de 27 anos entre os três movimentos de libertação, que eclodiu logo a seguir à independência, fez com que muitos dos aspectos polémicos da divisão do nacionalismo angolano fossem disputados nos seus campos de batalha. Este contexto político e militar não só obstou, política e financeiramente, à execução de projetos de monumentalização, como também, e sobretudo, impediu um debate público sobre a interpretação, a narrativa e a representação. Quando se lhe veio somar a morte traumática e prematura de Neto em 1979, a solução do governo do MPLA foi um monumento partidário à construção nacional, que compeliu à unificação em torno da sua memória através da sacralização da sua vida e do silenciamento dos seus inimigos internos e externos. O resultado foi

²⁰ J.M. Mabeko-Tali, *Guerrilhas e Lutas Sociais: O MPLA Perante Si Próprio (1960–1977)* (Lisboa: Mercado de Letras Editores, 2018), 633–34.

²¹ Ver C. Messiant, *L’Angola Postcolonial 1. Guerre et Paix sans Democratization* (Paris: Éditions KARTHALA, 2008); J. Marcum, *The Angolan Revolution Volume 1: The Anatomy of an Explosion (1950-1962)* (Cambridge: The M.I.T. Press, 1969); F. Reis, *Era uma vez... O Campo Político Angolano (1950-1965)* (Luanda: Edições Mulemba, 2018); A. Malaquias, *Rebels and Robbers: Violence in Post-Colonial Angola* (Estocolmo: Mordiska Afrikainstitutet, 2007). Ver também o documentário *Independência*, realizado por Mário Bastos, produzido por Paulo Lara e Jorge Cohen, com a historiadora Maria Conceição Neto como consultora. O filme evita seguir um formato típico, centrado na história do MPLA, e apresenta uma leitura equilibrada da história da luta de libertação angolana, propondo o consenso e incluindo a contribuição dos três movimentos de libertação angolanos.

a construção do maior monumento de Angola, e um dos maiores do mundo, a uma pessoa: o Memorial António Agostinho Neto, em Luanda.

A primeira pedra do MAAN foi lançada em 17 de Setembro de 1982 pelo ex-presidente José Eduardo dos Santos, no sexagésimo aniversário do já então falecido Agostinho Neto. Segundo o discurso proferido por Eduardo dos Santos nesse dia, o monumento permitiria que a atual e as futuras gerações honrassem e prestassem homenagem ao seu exemplo [de Neto], que está sempre vivo²². Para iniciar o processo de memorialização, o Governo angolano contratou os serviços do Instituto de Projetos soviético para construir um mausoléu destinado a acolher os restos mortais do Presidente Neto. O contrato 84/62808 foi assinado entre a República Popular de Angola, através do Ministério das Obras Públicas (MINOPU), e o Instituto de Projetos soviético²³, em 14 de Junho de 1980, mas não se sabe ao certo quando a construção começou, nem quando terminou. A base do memorial, a sala do sarcófago e a torre foram construídas entre 1982 e 1986/1987. Todos os materiais informativos publicados pelo MAAN explicam a paragem da sua construção com a situação político-militar que o país enfrentava. Esta refere-se provavelmente à maior ação militar desencadeada pelo governo do MPLA contra a UNITA e às invasões do sul de Angola pelo regime do *apartheid* sul-africano, que levaram à batalha de Cuito Cuanavale, entre 1987 e 1988, e depois aos Acordos de Nova Iorque, no final desse ano. Muito possivelmente, foi esse o motivo da suspensão da construção em 1988, após a qual o projeto viria a ser totalmente reformulado, em 1998, sobretudo com o intuito de construir um memorial e não um simples mausoléu.

Após a reformulação do projeto em 1998, a construção foi retomada em 2005, três anos após o fim da guerra civil angolana e durante uma vaga de reconstrução nacional. Se na etapa inicial da sua concepção o monumento contou com o contributo da União Soviética, a conclusão do projeto acabou por ser adjudicada a uma empresa norte-coreana, a *Mansudae Overseas Project* (MOP), que adicionou o estilo ornamental norte-coreano à estética do realismo socialista. As linhas rectas taciturnas, mas sólidas, do monumento em betão cinzento adornado com a insígnia da bandeira angolana e uma estrela de cinco pontas, símbolos do progresso no quadro do realismo socialista, fazem-no assemelhar-se a uma nave espacial, um foguetão, como é popularmente designado pelos angolanos (ver Figura 1).

²² Discurso proferido pelo camarada Presidente José Eduardo dos Santos, em 17 de Setembro 1982, por ocasião do lançamento da 1ª pedra para a construção do mausoléu do saudoso Presidente Agostinho Neto.

²³ A secção histórica do sítio Web do MAAN afirma que o memorial foi encomendado ao Instituto de Projectos da Antiga URSS, enquanto o folheto disponível no memorial afirma que a estrutura foi projectada por uma empresa russa. Em nenhum deles são fornecidas informações adicionais sobre o instituto.



Figura 1: Aspecto da forma “de foguetão” do MAAN, com um elefante que representa a natureza a prestar homenagem a Agostinho Neto (Fotografia de Miguel Cardina – CROME)

Com 120 metros de altura e uma ampla base, que se afunila em direção a um ponto único no céu, a torre do monumento pode ser avistada de várias zonas da baixa de Luanda, principalmente próximo da Nova Marginal, numa zona chamada Praia do Bispo. Os materiais informativos disponíveis afirmam que o arquitecto do MAAN se inspirou no poema de Neto “O Caminho das Estrelas”²⁴. O foguetão, propriamente dito, representa movimento, descolagem; aponta para o céu, elevando Agostinho Neto e a sua memória acima da nação. A sua sobriedade exterior contrasta com os interiores “tipo aeroporto” e a concepção “tipo Dubai” das áreas circundantes, revelando “uma mudança de paradigma entre o primeiro governo independente e o

²⁴ *O Caminho das Estrelas*, poema de António Agostinho Neto.

atual²⁵. A arquitetura do MAAN assinala claramente as alianças políticas da Angola pós-independência. Meghan Kirkwood considera que a contratação dos norte-coreanos e da sua cultura visual constitui uma “afirmação da autoridade e modernidade dos regimes pós-coloniais”, que permite inscrever os novos Estados em narrativas pós-coloniais que cortam simbolicamente com os regimes coloniais precedentes²⁶. Todavia, e sobretudo, estes monumentos contêm mensagens codificadas para consumo interno enquadráveis em definições políticas de memória e glorificação eternas. Como alega David Lowenthal, “os memoriais evidenciam o desejo de deixar testemunhos físicos permanentes”²⁷. São organismos políticos em que se cruzam as dinâmicas do espaço, da memória e do poder, lógicas indispensáveis na concepção de novas ordens sociopolíticas. Como tal, são observatórios privilegiados para vigiar a mobilização do passado como forma de legitimar os poderes dominantes.

O MAAN possibilita, efetivamente, uma vigilância de aspectos importantes do passado angolano. Quando ficou concluído, abriu portas a um público muito diferente, num país muito diferente do que inicialmente idealizara a última morada de Neto. Ao longo dos muitos anos que levou a ser completada, a construção do MAAN ficou intimamente ligada à vida de Angola, aos seus alinhamentos e parcerias ideológicas, às suas guerras e mudanças políticas. O seu aspecto exterior e as salas interiores fornecem pistas que refletem as lutas, as polémicas e os tabus políticos da Angola pós-colonial. Como se demonstra na próxima parte, o MAAN ergue-se como uma crítica evidente a elementos da política angolana que definiram a história recente do país.

Agostinho Neto, o MPLA e o MAAN

Elevando-se imponente na paisagem de Luanda, o MAAN oferece uma narrativa da história da luta de libertação, da nação e, especificamente, do seu mais proeminente construtor e fundador, Agostinho Neto. A sua função consiste em fixar uma narrativa específica de fundação, liderança e visão, um quadro de origem e legitimidade. Como Sabine Marschall explica, a função dos monumentos e memoriais não é preservar a memória do passado, mas sim promover uma determinada interpretação do mesmo. Ao selecionarem certas recordações enquanto suprimem outras, os memoriais procuram forjar uma consciência histórica específica e sancionar a memória pública de alguém de modo a servir a ideologia e a identidade política dos seus iniciadores²⁸. O MAAN foi imaginado e construído com o intuito de refletir uma das maiores monumentalizações

²⁵ N. Siegert, “Art Topples Monuments: Artistic Practice and Colonial/Postcolonial relations in the Public Space of Luanda”, *Portuguese Literary & Cultural Studies*, 30/31, 2018, 155.

²⁶ M. Kirkwood, “Postcolonial Architecture Through North Korean Modes: Namibian Commissions of the Mansudae Overseas Project”, (Tese de mestrado, University of Kansas, 2011), 1.

²⁷ D. Lowenthal, “Past Time, Present Place: Landscape and Memory”, *The Geographical Review*, 1, 1975, 12.

²⁸ S. Marschall, “Negotiating Public Memory: the Dick King Memorial in Durban”, *Southern African Humanities*, 17, 2005, 83.

mnemónicas de uma pessoa, apresentando dimensões fora do habitual na maior parte do mundo. Está repleto de aspectos simbólicos que contribuem para fixar essa narrativa precisa da Angola independente em torno de alguém tão complexo e tão gravado na história como Neto.

Um dos aspectos mais impressionantes do MAAN é a forma como trata as diversas facetas e a longa carreira política de Agostinho Neto. O discurso proferido por José Eduardo dos Santos em 1982 já continha as pistas das muitas e variadas narrativas que o MAAN viria a expor: a do guia imortal da Revolução Angolana, do fundador da nação e do MPLA-PT, mas também do poeta, do libertador e, mais acentuadamente do que as outras, a do estadista providencial. Uma placa informativa na secção do museu contém uma citação de Carlos Brito, escritor e militante do Partido Comunista Português, que reza assim:

Agostinho Neto foi sempre um dos líderes africanos mais conhecido e respeitado pelo povo português e mais apreciado e estimado pelos sectores democráticos e progressistas de Portugal. Para isso, talvez tenha contribuído o facto de [Neto] reunir na mesma pessoa o militante revolucionário, o estadista, o médico, o poeta e o homem de cultura. Mas contribuiu de certeza o seu humanismo transbordante²⁹.

A secção maior do MAAN, o seu museu, é dedicada a estes quatro temas mnemónicos normalmente associados a Agostinho Neto: o poeta, o curador, o libertador e o estadista. Por todo o edifício, os corredores ostentam passagens de alguns dos poemas mais conhecidos de Neto, retratando um homem da cultura e das artes, o homem cuja sensibilidade artística e obra poética notabilizam o intelectual que veio a ser o primeiro presidente de Angola. Gravam na memória a sua sensibilidade em relação ao povo, à cultura e à terra, e, principalmente, a sua visão para o futuro de Angola. O tema do curador também está presente, embora em menor medida, dividindo-se entre o tempo em que Neto estudou em Portugal e a época que antecedeu a sua prisão, em 1960, na cidade de Luanda, onde exercia medicina no Bairro Operário. No entanto, os temas mais frequentes são, seguramente, os do libertador e do estadista, as duas características que definiram a vida política de Agostinho Neto. Há fotografias de Neto no mato com os combatentes do MPLA, de espingarda Kalashnikov ao ombro e acompanhado por guerrilheiros em segundo plano, várias fotografias em reuniões nas zonas libertadas e algumas posando com oficiais do exército português após a assinatura do cessar-fogo. Há também informações sobre a sua prisão pela Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) portuguesa, fotocópias do seu ficheiro e das suas impressões digitais, e uma explicação pormenorizada de como fugiu de Portugal, de barco,

²⁹ Carlos Brito é um militante histórico do Partido Comunista Português que, tal como Agostinho Neto, esteve preso no forte de Peniche durante a ditadura do Estado Novo em Portugal. A sua obra mais recente é um relato histórico e em primeira mão desta prisão. C. Brito, *Cadeia do Forte de Peniche. Como foi Vivida* (Lisboa: Alêtheia, 2016).

intitulada *Uma fuga astuciosa*. Mas acima de todos os outros temas o MAAN celebra Neto o estadista, o presidente que tinha o apoio do povo e governava em prol do povo, aquele que compreendia os seus dilemas e ansiedades. Algumas das suas frases famosas, “O importante é resolver os problemas do povo”³⁰ ou “eu já não espero, sou aquele por quem se espera”, do poema “Adeus na Hora da Largada”, anunciam Neto como a pessoa destinada a ser o líder do povo angolano. É a submissão da nação angolana ao seu maior libertador e primeiro presidente. Para esta perspectiva contribuem recordações que mostram Neto no exercício da Presidência de Angola: fotografias presidenciais com vários outros chefes de Estado, as diversas medalhas e distinções honoríficas que lhe foram concedidas por outros países, os seus fatos e malas, bem como um escritório inteiramente mobilado, em que um quadro de grandes dimensões retrata Agostinho Neto, no seu centro, rodeado por uma representação do povo angolano e com a bandeira angolana no canto inferior direito.

No entanto, habita no MAAN um silêncio manifestamente ensurdecedor: a evidente relegação do MPLA para segundo plano. As divisões internas existentes no MPLA e as fragmentações do nacionalismo angolano ressoam através da retórica do MAAN. Se, do exterior, é entendido pela população angolana como um símbolo da supremacia do MPLA, nas suas salas assegura o silêncio do partido a favor da total hegemonia, centralidade e sacralização de um homem, Agostinho Neto, acima de tudo e de todos. Dois elementos contribuíram historicamente para a secundarização do MPLA no memorial: os constantes problemas de dissidência interna e a mudança de paradigma no seio do regime após a morte de Neto. Através do silenciamento de muitos dos seus opositores internos, Neto criou um círculo interno da sua confiança, que gravitava politicamente à sua volta e afirmava continuamente o domínio da ala presidencial. Esta deixou praticamente de ser contestada após a Conferência Inter-Regional de Militantes do MPLA, realizada entre 12 e 20 de Setembro de 1974, e da assinatura do cessar-fogo com as autoridades portuguesas, em 21 de Outubro de 1974³¹. Ainda assim, só após a tentativa de golpe de Estado de 27 de Maio de 1977 a “política de exclusão e repressão (...) afetou também os dissidentes”³². Depois desse acontecimento traumático, Neto dispunha de apoio suficiente para desacreditar qualquer contestação do seu papel como líder supremo.

No MAAN, a cristalização da hegemonia de Neto como líder incontestado é simultaneamente apresentada como uma memorialização activa e como uma marginalização das diferenças e dissidências políticas. Ao evitar a história da contestação e da oposição dentro do MPLA, o MAAN apagou uma parte essencial da luta de Neto e da sua progressão como líder político, optando por não apresentar uma interpretação oficial desta parte da história angolana.

³⁰ Último discurso de Neto em Malange, 1979.

³¹ Mabeko-Tali, “Guerrilhas e Lutas Sociais”, 318-319.

³² C. Messiant, “The Mutation of Hegemonic Domination” in P. Chabal e N. Vidal (eds), *Angola, the Weight of History* (Londres: Hurst Publishers Ltd., 2007), 96.

Importa referir, todavia, que muitos dos que se afastaram de Neto e não estão representados no MAAN eram conhecidos militantes e heróis do MPLA. Líderes como Viriato da Cruz, Mário Pinto de Andrade, Daniel Chipenda, Nito Alves ou Monstro Imortal foram figuras essenciais do MPLA³³. Alguns, como Daniel Chipenda e Nito Alves, gozavam de tanto apoio popular que não só obscureciam o poder de Neto como o contestavam diretamente. Ao optar por excluir muitos dos quadros mais visíveis do MPLA, seguindo esta perspectiva de representação historicamente limitada e incompleta, o MAAN privou-se de uma articulação fundamental com um tema transversal do nacionalismo angolano: o papel do MPLA na libertação de Angola do colonialismo português. A história da fundação do movimento, as suas iniciativas diplomáticas, as primeiras operações militares e os seus rostos mais visíveis estão ausentes do memorial, à excepção das raras fotografias que mostram Neto ao lado de grandes líderes do MPLA como Américo Boavida, Iko Carreira e, em menor grau, Lúcio Lara. Ao retratar Neto não só como fundamental na luta do MPLA contra o colonialismo, mas principalmente sozinho, esta representação ignora que foi com o contributo do MPLA, dos seus líderes e dos seus quadros, em diferentes momentos históricos, que Agostinho Neto chegou à Presidência de Angola.

Mais do que ambiguidade histórica, há também no MAAN uma notória falta de símbolos do MPLA. Daquilo que os autores conseguiram apurar, só numa pequena sala adjacente à zona onde o escritório de Neto, as suas medalhas e distinções honoríficas estão expostos, é possível encontrar um símbolo do MPLA, a bandeira do partido. Ainda assim, esta bandeira específica, aquela que Agostinho Neto tinha no escritório, é paradigmática da forma como a representação política e a adaptação simbólica evoluem ao longo do tempo. Sendo evidente a dedicação de Neto ao movimento que liderou e ajudou a construir, desde 1962 até à sua morte em 1979, por que razão é o MPLA tão invisível nas representações do MAAN, sobretudo tendo em conta o papel central do partido na vida pública? Quando inquirido sobre este vazio, um dos guias afirmou que o MPLA não está muito presente porque Neto está acima do MPLA, uma vez que era presidente de todos os angolanos e não apenas do partido, bem como um humanista, um poeta e um chefe de família. Com efeito, Neto já era um nacionalista muito conhecido antes de assumir a presidência do MPLA. Mas a não inserção da vida de Neto na história do seu partido impede uma contextualização histórica essencial no que respeita à forma como o MAAN reproduz e narra a progressão política de Neto, de líder nacionalista e partidário até à presidência de Angola.

No seu conhecido livro sobre a “política dos cadáveres”, Katherine Verdery observa que, ao suspender o processo de decomposição do corpo de uma pessoa, a temporalidade a esta associada pode ser alterada, “trazendo-a para o reino do intemporal ou do sagrado, como um ícone”³⁴. Esta dimensão icónica dissocia o objeto histórico das flutuações do tempo e das

³³ No MAAN não estão expostas fotografias de nenhuma destas figuras históricas do MPLA.

³⁴ K. Verdery, *The Political Lives of Dead Bodies. Reburial and Postsocialist Change*, (Nova Iorque: Columbia University Press, 1999), 33–35.

vicissitudes da nação. É o que se procura fazer no MAAN: a sacralização de um corpo físico que é político, mas que dissocia o objeto histórico, Agostinho Neto, das vicissitudes da nação angolana contemporânea. Reside aqui a segunda razão da invisibilidade do MPLA no MAAN.

Estudando a economia política de Angola após a independência, Christine Messiant defende que o ponto de viragem do regime foi a “mudança para o clientelismo”, um período “em meados da década de 1980 em que se iniciou o movimento para uma liberalização da economia *sem* uma mudança concomitante do quadro político e institucional marxista-leninista”³⁵. Messiant salienta que foi por volta de 1985 que a economia política de Angola começou a mudar, fazendo a transição de um “modelo socialista clássico” para aquilo que designa por “socialismo selvagem”, em que se conjugam a “ditadura do partido único, a dolarização da economia (...) e a transição para uma economia política de clientelismo”. A nova administração com José Eduardo dos Santos e os seus acólitos ao leme “tornou obsoleto o compromisso ideológico até então necessário para aderir ao partido”³⁶. O MPLA passara a ser uma plataforma para o clientelismo que “fomentava uma elite rentista”³⁷.

O MAAN foi começado em 1982 e suspenso entre 1986/1987, por volta da altura em que se deu esta mudança política. Embora os seus materiais informativos responsabilizem o contexto político e militar da guerra civil por esta interrupção³⁸, não referem, obviamente, a mudança operada na organização económica e no princípio político. Na sua essência, após 1985 a economia política do regime mudou drasticamente. Com o poder presidencial a furtar-se à supervisão do Bureau Político do MPLA, em meados da década de 1980, um “novo liberalismo permitiu que a *nomenklatura* se aproveitasse da sua posição para investir em massa no mercado ilegal”³⁹, sustentada pela “apropriação privada de bens públicos e por um rentismo em larga escala”⁴⁰. Esta evolução da economia política e, sobretudo, a utilização do partido para o progresso económico e o engrandecimento pessoal começaram a gerar tensões com as pessoas que tinham estado ao lado de Agostinho Neto e integrado o Bureau Político. O património político da velha guarda foi diretamente desafiado pela nova administração no Segundo Congresso do MPLA, em 1985, seis anos apenas após a morte de Neto. O caso de Lúcio Lara, talvez o líder do MPLA mais estreitamente associado a Agostinho Neto, é sintomático deste processo. Um vídeo produzido

³⁵ Messiant, “The Mutation”, 95.

³⁶ Messiant, “The Mutation”, 97–98.

³⁷ M. E. Ferreira, “Angola: Conflict and Development, 1961–2002”, *The Economics of Peace and Security Journal*, 1, 1, 2006, 25; ver também C. Messiant, “The Eduardo dos Santos Foundation: or, how Angola’s Regime is Taking over Civil Society”, *African Affairs*, 100, 2001, 287–309; R. S. de Oliveira, *Magnífica e Miserável: Angola desde a Guerra Civil* (Londres: C. Hurst & Co. Ltd., 2015).

³⁸ Ferreira afirma que, na segunda metade da década de 1970, mais de um quarto do orçamento de Estado foi gasto no esforço de guerra. Na década de 1980, por vezes mais de 40% do orçamento era utilizado na defesa, elevando-se a 14% do PIB em 1978, a 28% em 1986 e a 20% no início da década de 1990. Ver Ferreira, “Angola”, 25.

³⁹ Messiant, “The Mutation”, 97.

⁴⁰ Ferreira, “Angola”, 26.

pela ATD⁴¹ para celebrar o nonagésimo aniversário de Lara afirma que, após uma crise interna ocorrida em 1983 devido ao enriquecimento ilícito dos dirigentes do partido, no 2.º Congresso do MPLA Lara foi eleito para o Comité Central, mas não incluído no Bureau Político. Na mesma situação estavam outros velhos companheiros de luta como Ludy Kissassunda, Ambrósio Lukoki e Evaristo Kimba, todos antigos apoiantes de Agostinho Neto. O vídeo afirma que “os ideais do início da luta estavam em parte a ser substituídos por ideias com as quais Lara não se identificava”. Em 1988, Lara diria, em conversa: “Eu tinha mil e uma razões aparentes, aparentes, numa fase destas para pedir a minha demissão do partido”⁴².

O derrubamento da elite anterior e o abandono dos valores e do património político de Neto no MPLA são cruciais para explicar a secundarização do MPLA no MAAN, uma dissociação de Neto das vicissitudes da nação angolana contemporânea e, em especial, do partido no poder, o MPLA. Este aspecto da política de representação adoptada no MAAN deve-se à autoria da conceção narrativa. Com a reformulação do projeto feita em 1998, a família de Neto teve uma participação muito significativa na definição da narrativa interior do memorial. Para além dos vários contributos e consultas constantes, neste período Maria Eugénia Neto, mulher de Agostinho Neto e Presidente da FAAN⁴³, deslocou-se pessoalmente a Pionguiangue, acompanhada de uma equipa de técnicos angolanos, para supervisionar o trabalho que a MOP estava a desenvolver nas estátuas que iriam figurar no MAAN⁴⁴. Embora os autores não tivessem podido realizar as entrevistas previstas com Maria Eugénia Neto, Irene Neto ou qualquer outro membro da família de Agostinho Neto, sobre a forma como o MAAN orienta a sua narrativa, ao longo da investigação tornou-se cada vez mais claro que as mudanças políticas e ideológicas da década de 1980, o enaltecimento da figura e o culto da personalidade de José Eduardo dos Santos como o arquitecto da paz, na década de 1990 e início da década de 2000, tinham rompido os laços entre a família de Neto, os antigos companheiros de luta e o atual MPLA. Esta tensão tornou-se fulcral para o destaque e o enaltecimento de Agostinho Neto, enquanto o MPLA era silenciado.

No entanto, o MAAN é, sem dúvida, um lugar importante para o Estado angolano, um bastião da sua memória oficial, visitado por todos os dirigentes estrangeiros que chegam ao país, o lugar onde os presidentes são empossados e aonde os novos diplomatas e dignitários estrangeiros são levados. Todas estas actividades e eventos apresentam Agostinho Neto como o núcleo da nação, uma vívida representação e santificação do pai da nação, do libertador, mas também do artista e visionário. Na próxima parte, analisaremos se o facto de o Estado angolano

⁴¹ Associação Tchiweka de Documentação, *Lúcio Lara – Trajectória de um Combatente*.

⁴² <https://www.youtube.com/watch?v=zKDX7zO3eXE>. Lúcio Lara só abandonou a vida política em 2008 por motivos de saúde.

⁴³ Fundação António Agostinho Neto.

⁴⁴ Reunião com Maria Eugénia Neto, na Fundação António Agostinho Neto em Luanda, 8 de Novembro de 2018. Ver também C. Ferreira, “A Fundação Agostinho Neto, no 90.º Aniversário do Fundador da Nação”, *Novo Jornal*, 243, 12 de Setembro de 2012.

confirmar o MAAN como lugar historicamente importante e politicamente relevante funciona como um significativo mnemónico capaz de criar significado na memória social.

O Estado, o povo e o MAAN

Para além das cerimónias oficiais esporádicas, previa-se que o monumento se tornasse uma peça essencial da homenagem quotidiana que a sociedade angolana deveria prestar a Agostinho Neto, uma ligação à independência de Angola e à pessoa responsável pela sua entrega ao povo. Quando lançou a já referida primeira pedra, em 1982, José Eduardo dos Santos declarou que

a intenção da direcção do nosso Partido de perpetuar a imagem do Guia Imortal da Revolução Angolana, Fundador da Nação e do MPLA-Partido do Trabalho, fundamenta-se na vontade e no interesse de manter inalterável, para os futuros continuadores do nosso processo revolucionário, a figura daquele que soube interpretar os justos anseios do nosso povo e colocar-se à altura das exigências da própria história⁴⁵.

O memorial apresenta-se como o principal articulador da memória nacional, o lugar onde o corpo político deve funcionar como o corpo de uma política de fundação, nacionalismo e pertença, mas também de deferência intemporal e intensa santificação. Contudo, como Stuart Hall afirmava, a mera difusão de uma mensagem não garante a sua aceitação sem um trabalho de significação para projetar o significado⁴⁶. E neste aspecto, ao contrário da hipótese colocada pelos autores, o desígnio do MAAN como instrumento de significação destinado a criar um solo sagrado para a nação angolana, enquanto difundia a memória de Neto, é limitado pelo seu surpreendente encerramento ao público. É aqui que a dinâmica do memorialismo elitista de Werbner começa a refletir as relações entre o Estado e a sociedade em Angola.

O MAAN fica numa zona de Luanda que, embora reconstruída, continua a ter muito pouco trânsito, o que reduz as possibilidades de peregrinação popular ao local. Está situado num local tranquilo, apropriado para um cemitério, mas menos conveniente para o tipo de *lieux de mémoire* que pretende ser. Não é que o MAAN impeça as pessoas de o visitarem. Como a maioria das instituições públicas, acabou por refletir uma tendência da sociedade angolana, na sua história recente, para expulsar cada vez mais gente para a periferia e alargar o fosso entre o sistema político e a população⁴⁷. Num sistema político muitas vezes autoritário como o de Angola, em que as forças de segurança do Estado disparam frequentemente sobre os civis por pequenas ilegalidades

⁴⁵ Discurso de José Eduardo dos Santos em 1982, depois de lançar a primeira pedra do MAAN.

⁴⁶ S. Hall, “The Rediscovery of Ideology: The Return of the Repressed in Media Studies” in T. Bennett, J. Curran e M. Gurevitch (eds), *Culture, Society and the Media*, (Londres: Routledge, 1982) (e-book, 2005), 73.

⁴⁷ Ver V. Martins, “Politics of Power and Hierarchies of Citizenship in Angola”, *Citizenship Studies*, 21, 2016, 100–15.

ou mesmo sem ilegalidade nenhuma, tornou-se normal que os cidadãos comuns receiem entrar em lugares como o MAAN, um monumento com uma magnitude que suscita temor e respeito, protegido e vigiado por uma força policial intrusiva.

A literatura sobre as relações entre o Estado e a sociedade em Angola, embora com diferentes perspectivas, aponta geralmente para a existência de uma elite pós-colonial autoritária e rentista que mantém um sistema estatal de relações clientelares através de canais paralelos e não oficiais⁴⁸. Embora estudos mais recentes tenham esclarecido os compromissos e as relações informais de dependência entre as elites, as instituições estatais e a população, na manutenção deste sistema⁴⁹, praticamente toda a literatura reconhece que o regime é autoritário e que a população comum está privada dos seus direitos civis. Soares de Oliveira refere a exclusão dos pobres, uma forma de pensar que considera a pobreza repugnante e que tem presidido ao reordenamento da cidade de Luanda⁵⁰. É precisamente nos espaços onde a pobreza é tratada como se fosse uma doença que se ficam os locais vedados aos angolanos comuns. Porém, como Martins afirma, mais do que uma exclusão, esta é uma oscilação a que os angolanos comuns estão sujeitos, entre a cidadania e a marginalização em relação à mesma, e que os deixa, na sua maioria, a viver numa ordem das coisas que frequentemente os torna descartáveis⁵¹. Este *habitus* diz aos mais desfavorecidos qual é a sua categoria social e o seu espaço vital.

O MAAN não foge à lógica que divide o país entre elites e população comum, fazendo-se eco daquilo que Werbner designou por *elite memorialism* (memorialismo elitista) a divisão entre os chefes (os que estão no poder) e o povo⁵². Para além da utilização genérica do termo “povo” na retórica marxista-leninista, menções passageiras que misturam uma vontade popular ambígua e opaca no alegado apoio a um Estado centralizado, o MAAN contém poucas referências ao povo angolano. Pouca se fala das diferentes culturas, idiosincrasias linguísticas, geografias, imaginários morais, obstáculos históricos, políticos, sociais e económicos, exceptuando breves referências à exploração colonial e à libertação. Sendo produto de uma cosmologia do MPLA mais vasta e diversificada, toma como certa a palavra de ordem muitas vezes repetida “o MPLA é o povo e o povo é o MPLA”. Mas, se o próprio o MPLA é posto à margem no MAAN, onde fica o povo?

⁴⁸ Ver, por exemplo, Messiant, “The Eduardo dos Santos Foundation”; R. S. de Oliveira, “Magnífica e Miserável”; D. Péclard, “Introduction au Thème les Chemins de la ‘Reconversion Autoritaire’ en Angola”, *Politique Africaine*, 110, 2008; Martins, “Politics of Power”; P. C. J. Faria, *The Post-War Angola: Public Sphere, Political Regime and Democracy* (Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing, 2013).

⁴⁹ C. Gastrow, “Cement Citizens: Housing, Demolition and Political Belonging in Luanda, Angola”, *Citizenship Studies*, 21, 2, 2017, 230; J. Schubert, *Working the System: A Political Ethnography of the New Angola* (Nova Iorque: Cornell University Press, 2017); S. Croese, “Inside the Government, but Outside the Law: Residents’ Committees, Public Authority and Twilight Governance in Post-War Angola”, *Journal of Southern African Studies*, 41, 2, 2015.

⁵⁰ R.S. de Oliveira, “Magnífica e Miserável”, 72.

⁵¹ Martins, “Politics of Power”.

⁵² Werbner, “Smoke from the Barrel of a Gun”, 87.

O povo é referido de forma ambígua em todo o MAAN, sendo simbolicamente descrito como a alavanca ideológica e o motivador da luta de libertação, o beneficiário da dádiva da libertação e da independência. É exactamente através desta libertação que o povo surge, não na sua variada experiência histórica, mas na realização do seu pleno potencial, retratado em imagens e estátuas com aparências saudáveis, jovens, confiantes e felizes. Sempre segmentado na sua relação com o trabalho, o povo é definido como os profissionais que ajudarão Angola a desenvolver e atingir o seu potencial. Isto está patente na sala das profissões, um enorme corredor com várias estátuas que retratam o povo como o professor, o médico, o camponês, o engenheiro petrolífero ou o geólogo, entre outras representações.



Figura 2: Quadro de grandes dimensões de Agostinho Neto com uma representação do povo angolano e da bandeira nacional (fotografia de Vasco Martins – CROME)

Mas o povo referido no MAAN, apesar da tentativa de ser tão globalmente nacional quanto possível, é muitas vezes considerado o “povo do governo”, não o “povo da UNITA”, ou qualquer outro povo⁵³. As pessoas que historicamente apoiaram e militaram noutras organizações nacionalistas que não a de Neto, o MPLA, apontam o dedo às orientações políticas e representações partidárias existentes no MAAN, como fazem em relação a muitos outros empreendimentos pelo país fora. Isto não significa, porém, que o MAAN esteja aberto aos apoiantes do MPLA, o povo do governo. Pelo contrário, o MAAN está simbolicamente fechado a qualquer povo, independentemente da sua origem urbana ou rural ou da sua posição política. E

⁵³ Para a conceptualização do *povo do governo* e do *povo da UNITA*, ver J. Pearce, *Political Identity and Conflict in Central Angola, 1975–2002* (Nova Iorque: Cambridge University Press, 2015), 15.

isto acontece devido às idiossincrasias estruturais de Angola: o lugar do povo, pobre por defeito, é viver nas margens do Estado angolano.

Rigoberto Fialho, o Chefe de Departamento do Sarcófago, entende o ambiente restritivo de Angola não como uma questão estrutural, mas sim como um dilema em torno de uma dualidade específica: por um lado, abrir o monumento a quem o queira visitar, numa cidade com cerca de 7 milhões de pessoas, na sua maioria pobres e associadas a ideias de desleixo, sujidade e desrespeito, ou, por outro lado, tentar manter algum controlo para assegurar a dignidade e o respeito que muitos creem que ele merece. O dilema de Fialho reflete a visão governamental da criação de uma nova Luanda⁵⁴, um lugar tipo Dubai onde o turismo e os negócios façam acorrer montes de estrangeiros à cidade, transformando-a num local onde a mão invisível do capitalismo retire, consequentemente, os angolanos da pobreza. O MAAN está situado numa zona de Luanda que foi organizada para ser um Centro Político Administrativo e continuará a expandir-se com o anunciado Bairro dos Ministérios, com 28 edifícios ministeriais e várias outras comodidades para a classe dirigente. Contudo, nesta nova Luanda, as *zungueiras*⁵⁵ não podem ser vistas nas ruas, os angolanos pobres não podem procurar comida no lixo e os meninos de rua não podem ser apanhados a pedinchar moedas aos turistas e empresários. Como refere Soares de Oliveira, a pobreza e os pobres constituem uma visão repugnante.

Fialho afirma que a sala do sarcófago, em especial, é um lugar que exige respeito e, como tal, o público não pode perturbar a sua dignidade, que o MAAN tanto se esforça por manter. Quando o MAAN foi inaugurado, as “visitas ao sarcófago eram limitadas”, sendo apenas “marcadas para entidades, com ou sem protocolo. Não era muito público”⁵⁶. Mas como os visitantes sentiam que a visita estava incompleta sem entrarem na sala onde jaz o corpo de Agostinho Neto, o MAAN decidiu tornar todas as visitas públicas.

Então ficou aberto ao público, a todas as visitas, claro com alguma restrição, uma vez que é um espaço de conciliação, de respeito, um espaço em que vamos prestar homenagem ao fundador da nação e primeiro Presidente de Angola. Então limitamos um bocadinho em termos de apresentação das pessoas [em termos de vestuário] quem pode ir, quem não pode ir. São todos na realidade. Mas depois vemos a forma como as pessoas estão. É exactamente como irmos a um cemitério.⁵⁷

⁵⁴ Ver Gastrow, “Cement Citizens”, 225.

⁵⁵ Vendedoras de rua. O termo *zungueira* designa as mulheres que vendem na rua. Os homens que vendem na rua estão “na *zunga*”.

⁵⁶ Rigoberto Fialho, entrevistado por Vasco Martins, MAAN, 18 de março de 2018.

⁵⁷ *Ibid.*

Como foi referido, as pessoas devem estar apresentáveis, ou seja, adequadamente vestidas⁵⁸. Isto num país onde a maioria da população usa *t-shirts*, chinelos de borracha ou ténis, ou cobre o corpo com panos africanos, e não possui meios financeiros para se vestir tão bem como as suas elegantes elites. E embora seja verdade que, na maioria dos memoriais, museus e monumentos de todo o mundo, se exige um certo protocolo, é precisamente por não estar adaptado às circunstâncias económicas do contexto social em que se insere, sem falar do seu aparato político, que o impacto que o MAAN pretende ter na memória social angolana é limitado. Este ambiente fechado levou as pessoas a duvidar que o corpo de Neto estivesse realmente no caixão. Como Fialho explicou, “há alguns anos atrás ouve alguma especulação [de que o corpo já lá não estava]... Em termos de informação se calhar ouvi, digamos em conversa do corredor, conversa de rua”⁵⁹.

O corpo de Neto nem sempre esteve selado. Com efeito, depois de ser embalsamado em Moscovo, foi exposto publicamente na sede do comando provincial de Luanda, que é atualmente o edifício do governo provincial, adjacente à Mutamba. Ali, Neto jazia num caixão de vidro e o seu corpo estava exposto a todos os angolanos que quisessem visitá-lo e prestar a sua última homenagem. Porém, à semelhança do corpo de Lenine⁶⁰, o corpo de Neto necessitava de uma série de tratamentos e de manutenção⁶¹. Rigoberto afirma que, na altura, o Governo angolano não tinha condições financeiras para assegurar o tratamento contínuo do corpo, de modo a poder ser mostrado. Os familiares de Neto também ponderaram mudar o corpo para um caixão fechado, porque, segundo Rigoberto, a sua exposição pública se tornou dolorosa para eles. Por conseguinte, foi tomada a decisão de mudar o corpo para um caixão fechado, o qual foi depois levado para o palácio presidencial e, finalmente, para o MAAN, a última morada de Neto. Porém, o encerramento do caixão de Neto funciona, ironicamente, como uma metáfora do fechamento histórico do Estado e do país à sua população, alguns anos após a sua morte. O facto de o corpo de Neto ter sido transferido de um local público no centro de Luanda para o MAAN, longe do eixo principal da cidade, é revelador do movimento que separou, política e geograficamente, os angolanos comuns de Neto e da elite do regime. O facto de o memorial se ter tornado o lugar por excelência das visitas presidenciais oficiais agrava e confirma este ambiente fechado. Sob a tutela direta do Gabinete da Presidência da República de Angola, como Rigoberto Fialho explica, o protocolo exige que os presidentes estrangeiros de visita ao país prestem homenagem a Agostinho Neto, o que fazem geralmente visitando o memorial e depositando uma coroa de flores no seu

⁵⁸ Funcionários do MAAN disseram que este é sobretudo visitado por turistas e por crianças, no âmbito de visitas organizadas pelas escolas. Não é invulgar verem-se no MAAN crianças angolanas devidamente vestidas com batas brancas.

⁵⁹ Rigoberto Fialho, entrevistado por Vasco Martins, MAAN, 18 de março de 2018.

⁶⁰ Ver A. Yurchak, “Bodies of Lenin: The Hidden Science of Communist Sovereignty”, *Representations*, 129, 2015, 116–157.

⁶¹ Rigoberto Fialho explicou que um grupo de médicos russos tratava o corpo de Agostinho Neto para este poder permanecer exposto.

túmulo. Contudo, este cenário de alto nível, extremamente controlado, cheio de agentes da polícia normal e de guardas presidenciais, cria um ambiente ainda mais restritivo, que cerca como uma fronteira física a memória de Neto, cuja recordação está confinada a um espaço majestoso, mas fechado, ainda que informalmente.

O MAAN funciona claramente como uma leitura simbólica do paralelo existente entre a exposição do corpo de Neto e a história política recente de Angola. Porém, como Werbner concluiu em relação ao Zimbabué, sublinha também o fosso que tem vindo a aumentar entre as elites e a população. A instrumentalização da história e da memória para fins políticos, o cariz mais securitário da vida devido à situação política e militar que o país viveu no passado e as mudanças da economia política que aprofundaram as desigualdades contribuíram para criar uma fractura abissal entre a população e uma elite extremamente rica e poderosa. Este fosso socioeconómico manifesta-se em todos os pormenores da vida em Angola. Uma vez que o MAAN não é imune a essa lógica, o país político, simbolicamente representado pelo corpo de Neto, ficou escondido do público, fechado sobre o seu centro sem se disponibilizar às periferias, onde reside a maioria esmagadora da população. A ideia dominante de que a política e a nação não são para ser vividas pelos angolanos, mas sim por estes respeitadas e obedecidas, também deixou a sua marca na organização e na logística das visitas do MAAN. Em consequência imediata desta profunda desigualdade e das restrições ao seu acesso, o MAAN não consegue tornar-se o instrumento central de diálogo que pretende ser, no que respeita à forma como os angolanos reimaginam continuamente o passado.

Durante o trabalho de campo, tornou-se óbvio que os funcionários do MAAN consideram que Neto era um visionário. Todos aqueles com quem os autores falaram sustentaram que os seus ensinamentos são atuais e fornecem soluções para os problemas que Angola teve no passado e virá a ter no futuro. A sua narrativa fundamental é a famosa frase “O importante é resolver os problemas do povo”. No entanto, o facto de o MAAN ser inacessível para muita gente parece condenar ao malogro o seu objetivo de influenciar a memória social e difundir o pensamento e a visão de Agostinho Neto para o país. Com efeito, a porosidade do MAAN à lógica do Estado angolano, tantas vezes predatório e marginalizante, impediu a inclusão do próprio povo a que Neto se referia, das pessoas que, na opinião de todos os funcionários do MAAN, beneficiariam de um maior conhecimento sobre o primeiro presidente de Angola. Talvez seja esta contradição que adiciona uma nota dramática às salas frequentemente vazias do monumento.

Conclusão

Os monumentos constituem uma parte essencial do modo como as nações recordam e comemoram. Tendo alcançado a independência na segunda metade do século XX, os países da

África Austral não cessaram de debater o colonialismo e o pós-colonialismo. À medida que estes debates alastram aos processos de memorialização e de monumentalização das lutas de libertação, vão refletindo as divisões históricas, as diferentes perspectivas nacionalistas e as controvérsias pós-coloniais. Em toda a África Austral, estes elementos repercutem-se em monumentos que se enquadram, na sua maioria, naquilo a que Werbner chama “memorialismo elitista”, um enviesamento da memorialização que promove o papel das elites, os heróis da luta, enquanto silenciam o povo. Estes monumentos pretendem ser instrumentos importantes de modelação da memória pública, fornecendo interpretações que constituem leituras específicas da história. No entanto, precisamente devido a este enviesamento da memorialização, tendem a marginalizar vastos setores da sociedade. Tal como demonstrado no presente artigo, o MAAN não foge a esta tendência. Pelo contrário, expõe duas dimensões que contribuem para o enviesamento, baseado nas muitas divisões e dissidências do partido no poder, por um lado, e nas idiosincrasias da evolução política e económica pós-colonial de Angola, por outro. Enquanto descrevia os principais temas e narrativas mnemónicas inscritas no monumento, o artigo analisou as suas representações e silêncios políticos, questionando simultaneamente a sua capacidade para participar ativamente na modelação da memória social em Angola. Neste contexto, o artigo expressou duas preocupações principais. Em primeiro lugar, ao silenciar, nas suas salas, o MPLA e o papel de Agostinho Neto como presidente do MPLA, o MAAN optou por apresentar a memória de Neto unicamente como presidente de Angola, impondo uma narrativa de solidão que cala os contributos de muitos líderes e militantes do MPLA, enquanto evita a inserção em constelações de mnemónicas de libertação bem estabelecidas. Em segundo lugar, o MAAN não escapou às hierarquias de poder e divisão social que vieram a definir a Angola pós-colonial. À semelhança da maioria das instituições públicas de Angola, o MAAN seguiu a mesma lógica socioeconómica que definiu a sociedade angolana, designadamente a marginalização dos pobres, a maioria esmagadora da população angolana, com pouco ou nenhum acesso ao memorial devido ao aparato simbólico elitista que o caracteriza. Deste modo, o MAAN foi basicamente fechado a um público mais vasto, um público que debate avidamente novos imaginários de libertação e identidade nacional, um debate em que o MAAN não consegue participar justamente devido às dinâmicas definidoras das relações entre o Estado e a sociedade em Angola.